

TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AUDITORIA

PARECER	: PAR-AUDITORIA-12592/2014
PROCESSO TC/MS	: TC/3275/2014
PROTOCOLO	: 1488712
ÓRGÃO	: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JARDIM – MS
RESPONSÁVEL	: ERNEY CUNHA BAZZANO BARBOSA
CARGO DO RESPONSÁVEL	: PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONTAS ANUAIS DE GESTÃO DE 2013.
RELATOR	: RONALDO CHADID

EMENTA

CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JARDIM/MS – PARECER CONTAS REGULARES.

I. PREÂMBULO

1. Em cumprimento no prescrito no **inciso III** do **art. 14** da Lei Complementar Estadual nº 160, de 02.01.2012, que *Dispõe sobre o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul e dá Outras Providências*, no **inciso I** do **art. 28** do **RITCE**, aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11.12.2013 e no **art. 1º** da Portaria TC/MS nº 2, de 08.03.2012, que *Dispõe sobre a Emissão de Parecer pelo Auditor Substituto de Conselheiro nos Processos de Contas de Gestão*, esta Auditoria emite parecer a respeito das **CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JARDIM - MS**, concernente ao exercício financeiro de **2013**, da alçada do Prefeito Municipal, **SENHOR ERNEY CUNHA BAZZANO BARBOSA**, autuada neste Tribunal de Contas por meio do – **e.TCE** sob o nº TC/3275/2014.

2. Preliminarmente, detecta-se que a 5ª Inspetoria de Controle Externo, no desencadeamento do remate da conclusão da instrução processual regulamentar, averiguou a incidência de **IMPROPRIEDADES**, que nos termos das disposições do **art. 50** da LCE nº 160, de 02.01.2012 e do **inciso I** do **art. 80** do **RITCE**, aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11.12.2013, foram notificadas ao Gestor para conhecimento e manifestação em harmonização com o princípio do contraditório e da ampla defesa, que dispõe o **inciso LV** do **art. 5º** da Constituição Federal de 1988, momento em que exteriorizou manifestação no espaço apropriado mediante a acostada peça nº 21.

3. Por conseguinte, a 5ª Inspetoria de Controle Externo emitiu a **ANÁLISE-ANA-5ICE-4596/2014** acostada à peça nº 24 e, considerou que as **IMPROPRIEDADES** certificadas foram plenamente sanadas.

4. E, por fim, a predita Inspetoria de Controle Externo, no tocante a estas Contas Anuais de Gestão se manifestou a sua acerca do modo transcrito, a seguir:

> *"[...] entendemos que a presente Prestação de Contas Anual de Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social de Jardim/MS, referente ao exercício financeiro de 2013, foi elaborada em consonância com as normas dispostas na Lei Complementar nº 101/2000, Lei Federal nº 4.320/64 e demais normas regimentais desta e. Corte de Contas."*

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

5. As Contas Anuais de Gestão são remetidas ao Tribunal para fins de **julgamento** em conformidade com o disposto no **inciso II** do **art. 21** da Lei Complementar Estadual nº 160, de 02.01.2012, que *Dispõe sobre o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá Outras Providências* e nos **itens 1** a **4** da **alínea "a"** do **inciso II** do **art. 16** do **RITCE**, aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11.12.2013.

6. Em concordância com o determinado na **Letra "A"** dos **Subitens 2.1; 2.2; 2.3; 2.4** e **3.1** dos **Itens 2** e **3** da **Seção II** do **Capítulo I** do **Anexo I** da Instrução Normativa nº 35, de 14.12.2011, que *Dispõe sobre o Manual de Remessa de Informações e dá Outras Providências*, as Contas Anuais de Gestão são endereçadas ao Tribunal no tempo de **(até noventa dias após o encerramento do exercício financeiro)**.

7. As Contas Anuais de Gestão são instruídas dos documentos regulamentados na **Letra "B"** dos **Subitens 2.1; 2.2; 2.3; 2.4** e **3.1** dos **Itens 2** e **3** da **Seção II**, do **Capítulo I** do **Anexo I** do Manual de Remessa de Informações, aprovado pela Instrução Normativa nº 35, de 14.12.2011, que *Dispõe sobre o Manual de Remessa de Informações e dá Outras Providências*.

III. EXAME DE AUDITORIA

8. Respaldado na vigente ordem constitucional, infraconstitucional, demais legislações pertinentes, das normas regulamentares e das normas gerais de auditoria aplicadas à administração pública municipal, esta Auditoria perquiriu estas Contas Anuais de Gestão, tempo em que asseverou o exposto, a seguir:

8.1. DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 35, DE 14.12.2011

8.1.1. Cumprimento do disposto na **Letra "A"** do **Subitem 2.1** do **Item 2** da **Seção II** do **Capítulo I** do **Anexo I**, por ter remetido, **TEMPESTIVAMENTE**, a este Tribunal de Contas estas Contas Anuais de Gestão, conforme constatado no Recibo de Protocolo Definitivo acostado à peça nº 1.

8.1.2. Cumprimento da **Letra "B"** do **Subitem 2.1** do **Item 2** da **Seção II**, do **Capítulo I** do **Anexo I** por apresentar estas Contas Anuais de Gestão, instruídas em conformação com o Manual de Remessa de Informações, conforme certificado no conjunto global das peças acostadas aos autos do processo.

8.2. DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101, DE 04.05.2000 – LRF

8.2.1. Cumprimento do ***caput*** do **art. 48** da LCF nº 101/2000 – LRF, por dar **transparência** e **publicidade** destas Contas Anuais de Gestão, mediante as publicações dos Balanços exigidos, concorde com a acostada peça nº 4.

8.3 – DA LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17.03.1964, PORTARIA Nº 42, DE 04.04.1999 DO MPOG E PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 04.05.2001 DO MF E MPOG

8.3.1. DO ORÇAMENTO

8.3.1.1. A Lei Municipal nº 1.628/2012 - LOA autorizou **créditos orçamentários** para o Fundo na ordem de **R$ 920.000,00**, consoante com o anotado na **ANÁLISE ANA-5ICE-4596/2014** acostada à peça nº 24.

8.3.2. DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

8.3.2.1. Cumprimento do **art. 42** e dos **incisos I** a **III** do **§ 1º** do **art. 43**, da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964, por proceder à abertura dos **créditos adicionais**, de acordo com as autorizações dos Decretos emitidos pelo Prefeito Municipal, alterando o Orçamento do Fundo para **R$ 892.053,88**, congruente os registros do Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, cujas peças estão acostadas aos nº 11 e 21.

8.3.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

8.3.3.1. Cumprimento do disposto nos **§§ 1º, 2º** e **4º** do **art. 11**da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964 e Portaria Interministerial nº 163, de 04.05.2001 do MF e MPOG, por apresentar a **classificação econômica da receita orçamentária** de conformidade com as citadas normas legais, conforme notado no Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada acostado à peça nº 10, o qual evidencia receita orçada de **R$ 920.000,00** e arrecadada na ordem de **R$ 742.251,49**.

8.3.4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

8.3.4.1. Cumprimento do disposto no **art. 12** da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964, do mesmo modo que da Portaria nº 42, de 04.04.1999 do MPOG e Portaria Interministerial nº 163, de 04.05.2001 do MF e MPOG, por apresentar a despesa orçamentária classificada por **funcional** e **categorias econômicas**, conforme presenciado no Anexo 11 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado à peça nº 11, o qual demonstra despesa autorizada de **R$ 892.053,88** e empenhada na ordem de **R$ 575.007,10**.

8.3.5. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

8.3.5.1. Cumprimento dos **arts. 102** a **105** da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964, por elaborar o Anexo 12 - Balanço Orçamentário; o Anexo 13 - Balanço Financeiro; o Anexo 14 - Balanço Patrimonial e o Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais acostados às peças nº 5, 6, 7 e 8, em conformidade com as citadas disposições legais, uma vez que de acordo com a extensão do exame, **NADA FOI ENCONTRADO DE IRREGULAR**, na consistência dos seus respectivos registros contábeis, cujos resultados apurados são os consignados nas tabelas, a seguir:

TABELA 1

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO	R$
1 - Disponibilidade Financeira do Exercício Anterior.	81.804,46
2 - Receita Arrecadada.	742.251,49
3 - Transferências Financeiras Recebidas.	151.176,11
4 - Recursos Orçamentários / Financeiros.	**975.232,06**
5 - Despesa Empenhada. → R$ = 100% → % = (5 / 4)	575.007,10
6 - Superavit Orçamentário / Financeiro. → R$ = (4 - 5) → % = (6 / 4)	**400.224,96**

Fonte: Anexo 13 – Balanço Financeiro e Anexo 14 – Balanço Patrimonial do Exercício Anterior acostados às peças nº 6 e 13.

TABELA 2

RESULTADO PATRIMONIAL

ESPECIFICAÇÃO	R$
1 - Variações Aumentativas.	940.661,66
2 - Variações Diminutivas.	1.143.056,21
3 - Deficit Patrimonial. → R$ = (1 – 2)	**(202.394,55)**

Fonte: Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais acostado à peça nº 8.

TABELA 3

RESULTADO ATIVO REAL LÍQUIDO / PASSIVO REAL A DESCOBERTO

ESPECIFICAÇÃO	R$
1 - Ativo Real Líquido do Exercício Anterior.	608.092,45
2 - Deficit Patrimonial do Exercício.	(202.394,55)
3 - Ativo Real Líquido do Exercício. → R$ = (± 1 ± 2) → % = 100%	**405.697,90**
4 - Resultado do Exame. → Regular = (1 ± 2 = BP) → Irregular = (1 ± 2 ≠ BP)	Regular

Fonte: Anexo 14 – Balanço Patrimonial do Exercício Anterior e Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais acostados às peças nº 8 e 13.

8.4. DA AVALIAÇÃO DOS MANDAMENTOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

8.4.1. Cumprimento do disposto no **§ 3º** do **art. 164**, por ter depositado as disponibilidades de caixa do Fundo em **instituições financeiras oficiais**, conforme verificado nos Extratos Bancários acostados à peça nº 15.

É o exame.

IV. CONCLUSÃO

9. À vista de tudo que consta dos autos do processo e da comprovação exteriorizada no **item 8** do relatório da **PARTE III EXAME DE AUDITORIA**, ficou evidenciado que as **CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IGUATEMI – MS** representam adequadamente a sua posição orçamentária, financeira, operacional e patrimonial, da mesma

maneira que foi pautada em conformidade com os princípios constitucionais e infraconstitucionais, demais legislações pertinentes e das normas gerais de auditoria aplicadas à administração pública municipal.

9.1. Por consequência, embasado no prescrito no **inciso III** do **art. 14** da LCE nº 160, de 02.01.2012, que *Dispõe sobre o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul e dá Outras Providências*, no **inciso I** do **art. 28** do **RITCE**, aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11.12.2013 e no **art. 1º** da Portaria TC/MS nº 2, de 08.03.2012, que *Dispõe sobre a Emissão de Parecer pelo Auditor nos Processos de Contas de Gestão,* esta Auditoria de modo terminante, **opina**:

9.2. Que o Tribunal Pleno com fundamento no que dispõe **inciso II** do **art. 21** c/c o **inciso I** do **art. 59** ambos da LCE nº 160, de 02.01.2012 e no **item 4** da **alínea "a"** do **inciso II** do **art. 16** do **RITCE**, aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11.12.2013, julgue e considere **REGULARES** as **CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IGUATEMI – MS**, de responsabilidade do Prefeito Municipal, **SENHOR ERNEY CUNHA BAZZANO BARBOSA**, inerente ao exercício financeiro de **2013**.

10. A AVALIAÇÃO DA LEGITIMIDADE E DA ECONOMICIDADE, da gestão destas Contas será obtida mediante o controle externo por meio de processo de instrumento de fiscalização que dispõe o **art.**

26 da LCE nº 160, de 02.01.2012 e o **art. 175** do **RITCE**, aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11.12.2013.

11. O Parecer ora exarado foi fundamentado na averiguação das **CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** composta de documentos digitalizados de veracidade ideológica presumida, ficando, assim, portanto, ressalvadas quaisquer **IMPROPRIEDADES** e **IRREGULARIDADES** porventura encontradas por meio de processo de instrumento de fiscalização que dispõe o **art. 26** da LCE nº 160, de 02.01.2012 e no **art. 175** do **RITCE**, aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11.12.2013.

É o parecer.

Campo Grande, 22 de Setembro de 2014.

JOAQUIM MARTINS DE ARAÚJO FILHO
Auditor Substituto de Conselheiro

fmm